



Anais da Assembléia

Nº 135

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 04 DE NOVEMBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 126ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 1981

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Egon Pudell, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Fidelcino Tolentino, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Antônio Facci e Werner Wanderer (54); achando-se ausentes os Senhores Deputados Del Ciel, Deni Schwartz, José Domingos Scarpelini e Wilson Fortes (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, data vênua, ouvido o Plenário, seja inserto na Ata da sessão de hoje, voto de congratulações aos promotores dos XXXI Jogos dos Servidores Públicos e especialmente ao Departamento de Estradas de Rodagem, campeão geral da competição, voto extensivo ao Presidente da Comissão Organizadora de Jogos do DER, Senhor Edgard Lesnau.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1981.

a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

É intenção do autor da presente propositura homenagear o DER pelo brilhante feito em conseguindo a primeira classificação nos Jogos dos Servidores Públicos, realizados em comemoração ao Dia do Servidor.

Representa o feito, resultado de ingente esforço que vem sendo realizado pelo Sr. Edgard Lesnau, Presidente da Comissão Organizadora de Jogos do DER, no sentido da reconquista da hegemonia que o DER vinha sustentando por nove longos anos, nessas disputas.

É intenção deste Deputado, igualmente, render justa ho-

menagem aos promotores da competição, que teve o patrocínio da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, coroando de pleno êxito as comemorações alusivas ao Dia do Servidor.

De fato, o esporte é fator de integração, confirmando velho dito popular que afirma: "O Esporte faz amigos". O DER, que participou de todos os jogos já realizados, vem marcando presença notável, valorizando sobremaneira as competições, merecendo, portanto, o tributo que esta Casa, por certo, lhe renderá, aprovando a presente proposição.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Secretário de Segurança Pública e Diretor da Polícia Civil a insenção de TAXAS E IMPOSTOS cobrados às ligas e clubes amadores filiados.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1981.

a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

As ligas de Futebol Amador e Clubes filiados, passam por dificuldades financeiras intransponíveis, quer sejam para se manter ou mesmo para promover suas festividades com a finalidade de arrecadar fundos para tal.

Em virtude dos fatos acima relacionados apresentamos tal solicitação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ter ouvido o Plenário, REQUER, que seja endereçado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, pedido para construção urgente de uma escola primária de primeiro e segundo graus, na cidade de São Jorge do Patrocínio, recém-transformado em Município, a fim de impedir que numerosas crianças continuem assistindo aulas em um depósito de cereais local, onde o estoque de adubos e defensivos agrícolas estão pondo em risco a saúde e a vida das mesmas.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1981.

a) ANTÔNIO ROMERO FILHO

JUSTIFICATIVA:

Voltamos a São Jorge do Patrocínio (recém transformado em Município), simplesmente estarecidos. Não podemos imaginar que a irresponsabilidade e o descaso pela saúde e pela vida de dezenas de crianças chegasse a tal ponto de parte do Governo do Estado. Isso, em decorrência de uma situação anômala, provocada pela falta de escolas, quando a propaganda oficial, fraudulenta e enganosa, anuncia que estão amparadas todas as crianças, sem exceção, em idade escolar.

Tivemos ocasião de visitar, em São Jorge do Patrocínio, o depósito de uma empresa cerealista, cujos proprietários no louvável e patriótico intuito de suprirem lacunas deixadas pelo Governo, cederam, ali, duas salas, onde várias turmas de alunos assistem aulas.

Acontece que estão empilhados, no depósito, além de cereais comprados dos produtores, muitos sacos de adubos e defensivos agrícolas, que exalam forte cheiro, e, grande parte deles, por ser à base de Cloro e de Fósforo prejudicam a saúde, e põe em risco a vida das crianças.

Não é raro que alunos sejam vítimas de dores de cabeça, vômitos e de outros sintomas de mal-estar. O simples contato físico com produtos podem ocasionar até mesmo a morte fulm-

nante, porque ilhado ou assimilado pelos poros do organismo humano.

Professores dessa escola improvisada, nos revelaram que o aproveitamento escolar é inferior a 30%. Por outro lado o amontoamento das crianças, e, por outro, a ação nociva dos produtos químicos armazenados, contribuem para a queda vertical no aproveitamento das aulas.

Se São Jorge do Patrocínio tivesse sido aquinhoadada com um estabelecimento de ensino à altura de sua população infanto-juvenil, esta não correria o risco de vida que está correndo em virtude da falta de salas de aula.

Os donos da empresa cerealista merecem aplausos por seu gesto espontâneo de colaboração. Mas, a verdade, crua e nua, é que o local não se presta para o funcionamento de uma escola.

Antes que algum acidente de fatais consequências venha a registrar-se, incumbimo-nos de pleitear, junto à Secretaria da Educação e junto à Fundação Educacional do Paraná (FUNDEPAR), que seja urgentemente construído uma escola em São Jorge do Patrocínio. O nosso requerimento a respeito está plenamente justificado ante a denúncia que acabamos de fazer, e que pode ser facilmente averiguada.

Trata-se de um requerimento a ser encaminhado ao titular da pasta da Educação, e que razões até humanitárias não de determinar sua aprovação neste Plenário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, data vênia, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Ney Braga e ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, doutor NIVALDO ALMEIDA NETO, sugerindo a inclusão dos acessos rodoviários aos Distritos de Paiquerê, Guaravera e Lerroville, no Município de Londrina, no eixo da Rodovia PR-445 (Celso Garcia Cid), no Plano de Obras Rodoviárias de 1981.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1981.

a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

Escusado dizer da significação que encerra a presente proposição. Efetivamente, os distritos mencionados e objetos deste requerimento, são hoje núcleos que apresentam uma elevada taxa de desenvolvimento. Todos eles já contam com os benefícios da eletrificação, do saneamento básico e das telecomunicações. Sobretudo, são polos altamente produtivos e que apresentam ponderável índice de crescimento demográfico.

Em Guaravera, por exemplo, está sendo implantada uma grande indústria, que vai abrir uma opção de emprego para quase 500 pessoas. São empregos diretos, porque os benefícios que essa fábrica trará, indiretamente, para a região, são inimagináveis.

Aos demais, as obras que estão sendo reclamadas com tanta e justa insistência, pouco representam em termos de aplicação de recursos financeiros, mas muito representam em termos de investimento com vistas a integração dessa área, representando importante fator de otimização do processo de produção de bens de consumo e de integração econômica, política e social.

O acesso a Paiquerê tem uma extensão de 6,5 km; o de Guaravera, 8,5 km e o de Lerroville, apenas 3,5 km. Sem dúvida, a pavimentação asfáltica desses acessos muito contribuirá para o alcance de novos índices de produtividade na região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado ofícios às autoridades abaixo mencionadas:

- Excelentíssimo Senhor Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, digníssimo Ministro da Aeronáutica;
- Excelentíssimo Senhor Brigadeiro Pompeu Marques Perez, digníssimo Chefe do Departamento de Planejamento da Aviação Civil;
- Excelentíssimo Senhor Engenheiro Aeronáutico Mário Correia, Diretor Técnico da VARIG - Rio Sul, Escritórios Administrativos da VARIG - Porto Alegre;
- Ilustríssimo Senhor Doutor Edmundo Egg Júnior, Diretor do Departamento Aeroportuário da Secretaria de Transportes,

reivindicando a instalação de uma linha área ligando Ponta Grossa com a capital de São Paulo, como solução ideal para atender as atividades maiores dos representantes das classes produtoras da região dos Campos Gerais, bem como, a todos os que têm necessidade de viajar à capital paulista.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1981.

a) CYRO MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Quando foi apresentado este requerimento no plenário do Poder Legislativo, em 21 de junho de 1979, e tão logo as autoridades competentes tiveram conhecimento, medidas foram tomadas, as quais tomamos conhecimento.

Hoje, ratifica-se as condições econômicas do desenvolvimento industrial e agropecuário da região dos Campos Gerais, lideradas por Ponta Grossa, através de suas comunidades.

Ponta Grossa, destaca-se como polo convergente de uma vasta e riquíssima região, onde os pecuaristas, produtores agrícolas e empresários industriais, clamam por esse benefício de comunicação.

O Governador do Estado do Paraná, Ney Braga, tomou já a providência de ampliar a pista do Aeroporto Sant'Ana para 1.400 m.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 132/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — O artigo 10, da Lei n.º 7289, de 27 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 — O acesso da série de classes do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração para a série de Classes do Grupo Ocupacional Universitário poderá ser feito mediante processo seletivo interno, de provas e títulos, de caráter competitivo, conforme regulamento, respeitada a habilitação profissional exigida entre os funcionários integrantes do Quadro Próprio da Assembléia.

Parágrafo único — A ascensão de uma classe para outra, dentro da série de classes “Grupo Ocupacional Universitário” será feita através do critério de antiguidade e merecimento, nos termos da legislação vigente.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1981.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário
NILSO SGUAREZI — 2.º Secretário

JUSTIFICATIVA:

O dispositivo que ora se regulamenta trata do sistema de acesso de uma para outra carreira do Quadro de Pessoal da Assembléia.

Pretende-se com a regulamentação, adotar a sistemática instituída pelo Poder Executivo, na recente reestruturação do seu Quadro de Pessoal, por ser tecnicamente mais perfeita e adequada aos fins colimados pelo instituto.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado David Cheriegate.

Ausente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Ausente.

Esta Presidência registra, com satisfação, a presença, neste Plenário, do Sr. Haroldo Bozza, Vereador de Ibaiti.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Fatos como irei narrar da tribuna desta Assembléia, justificam a preocupação do PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, para que também nas capitais tenhamos a eleição para Prefeito. É uma briga antiga do MDB, continua sendo sendo uma luta do PMDB, que a população da Capital possa eleger o seu Prefeito.

Tenho em mãos um exemplar da revista PARANÁ EM PÁGINAS, que traz inúmeras acusações ao Prefeito Municipal de Curitiba, e com documentos, documentos do 7.º Tabelião de Curitiba, do Cartório do Taboão que é a 6.ª Zona de Curitiba.

Estou encaminhando à Mesa desta Casa, requerimento cuja súmula pede que se encaminhe, ao Governador do Estado, para informá-lo das informações colhidas da imprensa e em outras fontes, sobre graves atos de corrupção na Administração Municipal de Curitiba, e que se encaminhe também, para conhecimento da Câmara Municipal da Capital, o mesmo expediente.

“Nos últimos tempos, para estranheza de muitos e nenhuma surpresa para outros, vemos a divulgação, pela imprensa, de atos de corrupção que estariam sendo cometidos pela Administração Municipal de Curitiba. Estas denúncias dão conta do envolvimento direto do Prefeito Jaime Lerner, em negociatas marcadas pela especulação imobiliária, definição de planos de obras, segundo os seus interesses, distribuição de benefícios públicos, a interesses muito particulares.

Essas denúncias são públicas, e até agora não foram contestadas. O mais grave, Srs. Deputados, é que, a mesma publicação responsabiliza o Governador Ney Braga e a administração estadual, na medida em que o Prefeito Jaime Lerner foi indicado pelo Governador e referendado por esta Casa de Leis. Tomemos um trecho da matéria publicada na revista “Paraná em Páginas”: “Assim é a Prefeitura de Curitiba, ao tempo de Lerner. Na ânsia de ganhos fáceis, de lucros fabulosos, de mal uso dos dinheiros e da coisa pública, as negociatas se repetem. E tudo nas vistas do Governo do Estado, que pode ser entendido como culpado por tudo isso, porque é exatamente o Governador quem escolhe o Prefeito de Curitiba.”

Diz outro trecho: “Se o Governo do Sr. Ney Braga pode ser responsabilizado por isso, os melhores analistas que se definam. Ney Braga pediu austeridade no trato dos dinheiros públicos (ver Gazeta do Povo de 30 de setembro de 81). ... “Os fatos envolvendo a casa da rua Ébano Pereira, esquina com Augusto Stelfeld, não deixam entender apenas mais uma bandalheira. Negociata, patifaria. Se o Sr. Ney Braga vai tomar posição, vai procurar zelar pelo bom nome de seu período administrativo, isso é problema dele.”

Ora, Senhores Deputados, todos sabemos que o Senhor Governador Ney Braga nada tem a ver com a possível incúria administrativa na Prefeitura Municipal de Curitiba. Mas realmente ele indicou o nome do Prefeito Jaime Lerner e aqui nesta Assembléia Legislativa esse nome foi referendado. Nada mais justo que encaminhar ao Senhor Governador as informações que já são de domínio público e que no teor da matéria pedem providências. Assim estaremos demonstrando nossa preocupação com estas questões que, no plano administrativo, devem ser apuradas pela Câmara Municipal de Curitiba, a quem deve

chegar também cópia destas informações.

Coloco à disposição de todos os parlamentares desta Casa cópias completas das denúncias veiculadas na imprensa. Espero que os Senhores Deputados entendam nossa intenção que se põem, antes de tudo, em defesa da própria direção política e administrativa do Governo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Senhor Deputado David Cheriegate, inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O problema levantado, dias passados, pela imprensa brasileira, no tocante à falta de escoamento de produtos agrícolas do vizinho Estado de Mato Grosso do Sul, que retém estocadas cerca de 900 mil sacas de arroz, a céu aberto, e quase outro tanto em armazéns, sem possibilidade de movimentação para os centros consumidores, por falta de estradas, revela de maneira grave, a urgência da “ferrovia da soja”, sem dúvida, a peça fundamental do “corredor de alimentos”.

Segundo as mesmas informações, a situação é altamente prejudicial à economia daquele Estado, porque já não há mais lugar para novos estoques; os produtos estão se deteriorando face às chuvas; a próxima safra se aproxima. Há necessidade de, pelo menos, assegurar condições de tráfego nas estradas, que são ainda, de leito natural, com pontes inadequadas, sem se falar na escassez de caminhões para o transporte, que são requeridos aos milhares.

O fato nos permite algumas considerações. Naturalmente, se vivêssemos hoje em Mato Grosso do Sul, certamente, poderíamos sugerir ao Governo, como alternativa de escoamento e de alívio do parque armazenador, a utilização de aviões de grande porte, já que por terra é impraticável atender a urgência, face às dificuldades já apontadas, pela inexistência de vias pavimentadas.

Estamos acompanhando com interesse o desdobramento dos processos de implantação desse notável eixo ferroviário e devemos, nesta oportunidade, apelar para a consciência de quantos se envolvem na referida projeção, no sentido da dinamização de todos os estudos e das providências para a mais breve implantação dessa ferrovia que será, sem dúvida, redenção da economia regional.

Por outro lado, devemos emprestar toda a nossa colaboração, entusiasmo e incentivo à concretização da grande perspectiva de aproveitamento de nossos rios, para a implantação do transporte hidroviário fluvial, uma esperança, até mesmo, de barateamento dos custos dessa operação e, do ponto de vista social, de integração de inúmeras comunidades paranaenses.

Quando assistimos ao drama do jovem Estado de Mato Grosso do Sul, que produz, mas não pode escoar seus produtos, parece-nos oportuno e razoável que louvemos a ação do Governo de nosso Estado que sempre se mostrou preocupado com esses aspectos da produção, assegurando os meios indispensáveis à circulação das mercadorias e, sobretudo, de manutenção de uma infra-estrutura de armazém que transfere ao produtor uma tranquilidade mais profunda.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a menção hoje, nesta tribuna, desses problemas que hoje afligem Mato Grosso do Sul. Porque eles também nos afligem na medida em que se agrava a situação do abastecimento nacional de alimentos, e na medida em que percebemos a deterioração de arroz, fundamental na mesa do brasileiro, por falta de meios de escoamento e de estocagem.

Sobretudo, o grande volume da produção estocada demandaria mais de seis meses para o total esvaziamento do referido parque, tempo longo demais, tendo em vista que já em novembro começa a safra deste período. Quando digo período, refiro-me

a safra de 1981, cuja colheita começa agora e cuja produção ficará sem possibilidade também de escoamento e o que é pior, de estocagem, porque os armazéns estão abarrotados.

Outra consideração que nos permitimos fazer, é que, sendo Mato Grosso do Sul um Estado relativamente novo, não conta ainda com a infra-estrutura viária indispensável, como a que hoje possuímos, já que o Paraná está praticamente cortado em todas as direções por estradas pavimentadas de boa qualidade, além de um vigoroso programa em andamento que prevê, não apenas o asfaltamento de eixos troncais, mas fundamentalmente, a melhoria das condições das estradas intermunicipais, através do chamado "PRODAFRAS", já do conhecimento de todos os nossos prefeitos do interior.

Ao demais, parece-nos oportuno mencionar a ferrovia da soja e outras providências que estão sendo adotadas na área da Secretaria dos Transportes, objetivando a implantação, no mais curto espaço de tempo possível, do transporte fluvial, que além de dilatar a capacidade transportadora do Estado, deverá assegurar tarifas mais em conta e maior segurança.

A ferrovia da soja, quando implantada, deverá assegurar àquele Estado, todas as condições para o escoamento de seus produtos agrícolas, abrindo-lhe as portas do mercado consumidor internacional, através do porto de Paranaguá. Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ainda que seja essa ferrovia uma grande aspiração do Paraná, devemos considerá-la também um anseio ainda maior de Mato Grosso do Sul e, sem dúvida uma grande conquista brasileira.

Ao fazê-lo queremos externar, nossa preocupação diante do problema, que nos parece sem solução, a menos que o Governo providencie a utilização de aviões, num processo caro, sem dúvida, mas que nos parece, no momento, a única saída; a alternativa mais viável, para salvar a produção de arroz de Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Mesa registra com satisfação a presença em nosso plenário dos Vereadores do Município de São Mateus do Sul, Lourival Mayer e Francisco Kaminski e concede a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Uma prova de que não existe peneira tão fechada a ponto de tampar o sol, de que a verdade sempre brota — é a revelação do Governo sobre a questão do desemprego na Nação brasileira que, pelos cálculos correntes, atinge cerca de 14 milhões de brasileiros.

Está anunciando hoje, o Governo, através dos jornais, um pacote para amenizar o desemprego que deve criar cerca de 80 mil vagas nas regiões onde o problema é mais aflitivo, abrindo frentes de trabalho. Um total evidentemente pequeno, diante das necessidades reais do povo brasileiro, tão insuficiente que o próprio Ministro Murilo Macedo, discordou. Entendemos, serem necessários pelo menos, 150 mil no presente momento. Apesar de demonstrar boa vontade, ou pelo menos procurar uma fórmula paliativa para a grave doença que ataca a economia brasileira, esta medida do Governo distancia-se milhares de quilômetros da realidade. Tem, entretanto, o seu lado positivo.

E, mais uma vez o povo demonstra sua força. Força que o fez quando conseguiu trazer de volta as centenas de exilados e presos políticos. O fez recentemente derrubando a sub-legenda e ainda mais recentemente, vetando artigos que tiravam dos aposentados migalhas para cobrir o déficit da "Imprevidência Social" que está instalada na Nação brasileira.

Hoje, o povo brasileiro pressiona, quer trabalhar e é um mínimo de exigência num País de analfabetos e desempregados. Nesse paraíso do capital estrangeiro, onde as multinacionais geram apenas os empregos que necessitam para aumentar seus

lucros.

Entretanto, a sociedade brasileira avança. Nos centros organizados, em áreas industrializadas, em regiões do campo onde a justiça se espalha, os movimentos organizativos crescem e o que exigem — apenas trabalho e emprego para poder viver decentemente com suas famílias. Já dissemos outro dia, que a prova da representatividade política do Paraná, se mede, não pelas suas conquistas, mas, pelas suas derrotas. Vimos o Paraná perder seu território, já vimos o nosso Estado que contribui com uma rica parcela aos cofres da Nação, perder controle sobre a sua economia. Vemos na esfera Federal um vazio de nomes paranaenses. Mais uma vez, estamos aqui neste momento, difícil para toda a Nação brasileira, a exigir que o Paraná, embora no contexto desta medida curativa, seja contemplado com frentes de trabalho para minorar o grande número de pessoas que estão à procura de emprego aqui na Terra dos Pinheirais.

Sabemos que esses 80 mil novos empregos entre os milhões que o Brasil precisa anualmente, significam grãos de areia no deserto. Entretanto, a hora é de nos agarrarmos no que temos, isto não significará, que o povo estará agradecido pelos bons olhos com que o Governo, como madrastra interessada na herança, lança sobre seus enteados. Os deserdados deste País, pelo menos 100 milhões de brasileiros que há quase duas décadas não têm o direito de opinar pelo seu próprio destino, estarão, entretanto cobrando pela mudança e lutando por ela. O povo brasileiro como se nota, já entendeu que só a força organizada conquista, e a prova é o reconhecimento pelo próprio Governo de que sua política econômica e social está totalmente falida, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa registra com satisfação a presença, neste plenário, do Sr. Deputado Federal Haroldo Moletta, e concede a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Inicialmente, quero me congratular com todos os trabalhadores deste Estado, pela decisão serena, justa e equilibrada do Superior Tribunal Eleitoral, que concedeu o registro definitivo à sigla do Partido Trabalhista Brasileiro. Eu o faço com satisfação porque reconhecemos a importância desse partido na vida política brasileira, porque abriga uma das correntes mais expressivas do trabalhismo nacional.

Em segundo lugar, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, nós ouvimos atentamente o nobre Deputado Nestor Baptista que leu diversos trechos de uma reportagem publicada pela revista "Paraná em Páginas". Nós conhecemos de longa data o jornalista Cândido Gomes Chagas, e temos por ele uma afeição quase fraternal. Porque o conhecemos desde menino, sabemos da sua capacidade, jornalista brilhante que sempre foi, sabemos do seu espírito público, do seu coração boníssimo, enfim um jornalista que honra a classe dos jornalistas profissionais do Estado do Paraná.

Todavia nós não podemos aceitar os termos daquela reportagem, porque lança sobre um homem de bem que é o Prefeito Jaime Lemer uma série de acusações ao meu ver infundadas.

Porque nós conhecemos a trajetória administrativa do Prefeito Jaime Lemer. É um homem respeitado em toda a Nação brasileira pelo arrojo das suas iniciativas. Porque ele ousou inovar na administração pública, porque ele realmente tem correspondido aos anseios da sociedade curitibana. Transformou a administração pública de Curitiba. Tem falhas, falhas gritantes que eu as conheço muito bem porque sempre militei na política curitibana. Eu sei que a terceira, quarta periferia da cidade carecem de um melhor atendimento do Poder Público Municipal.

Mas o que ele já fez pela cidade o credencia efetivamente como um dos bons Prefeitos da história de Curitiba.

E não é então justo que uma revista que respeito o seu Diretor, mas que nós sabemos tem um caso pessoal com o Prefeito Jaime Lerner, ao tempo de sua primeira gestão. Não bem com o Prefeito Jaime Lerner, mas com o seu colega de imprensa que na época era o Diretor do Departamento de Imprensa da Prefeitura de Curitiba. Em virtude daquele atrito, daquele incidente, criou-se uma animosidade entre o jornalista Cândido Gomes Chagas e o Prefeito Jaime Lerner. Uma animosidade que eu não quero entrar no mérito, não sei quem tem ou quem não tem razão. Mas que não dá o direito a ninguém de jogar um nome honrado à lama, com acusações subjetivas — pode acontecer isso?

Ora, ou a pessoa é desonesta ou não é. Ou existe uma prova concreta do fato desonesto que possa levar à execução pública um administrador, ou não existe. Dessas acusações: — comprou um imóvel ao lado e esse imóvel pode ser desapropriado, pode ficar com uma faixa, isso não leva a nada.

Quer dizer, vou falar pessoalmente com o Prefeito Jaime Lerner e vou trazer as informações solicitadas pelo Deputado Nestor Baptista, porque acredito, até prova em contrário, na honestidade do Prefeito de Curitiba.

Faço sérias restrições à sua maneira de atuar politicamente. Acho que inclusive ele prejudica setores do nosso partido. Alguns Deputados da nossa bancada que fazem política na área de Curitiba estão realmente desgostosos com o Prefeito Jaime Lerner. Acho que ele tem muitos defeitos, mas agora isto não dá o direito a ninguém de levá-lo ao pelourinho, espalhar...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre orador que resta um minuto para o término de seu pronunciamento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Neste minuto digo o que sinto, Sr. Presidente. ... de espalhar à toda a cidade que o Prefeito pode ser desonesto porque tem uma propriedade, — direito que qualquer cidadão tem de adquirir uma propriedade. E o Prefeito Jaime Lerner é um cidadão comum, como todos nós, pode comprar o que bem entende, — desde que pague com o seu dinheiro.

Estas provas espero trazer aqui, neste plenário. É como disse, até prova em contrário, acredito na honestidade pessoal do Prefeito de Curitiba.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Até há alguns anos atrás, a viagem de um Ministro ao Exterior em busca de recursos era acontecimento extraordinário. Mas tornou-se tão comum entre nós esta prática que ela já caracteriza o cotidiano desta Nação em crise. O Ministro Delfim Neto vai à França, corre à Inglaterra, procura os banqueiros. E nossa dívida externa sobe a níveis absurdos. Pior. Em cada viagem, negocia mais um pedaço da pátria, barganha mais uma de nossas fontes de riquezas.

Assim foram entregues os cerrados, largas áreas da Amazônia, Carajás. Nessa trilha abrimos a porta ao capital estrangeiro para que viesse ocupar todos os setores de nossa economia, num processo de rapina tão predatório, movido pela ânsia de conquista, que já se diz que este País se transformou num grande Porto Rico, no paraíso das multinacionais.

Diz o Governo que não há outro caminho, que a dívida brasileira assumiu proporções tão gigantescas que já não há como pensar em pagá-la. Resta, então, continuar o endividamento, renegociando a dívida por custos cada vez maiores e ao preço da

soberania nacional.

Alega o Governo que o principal fator deste processo é nossa carência de petróleo e como ele está a preços insustentáveis, insuportável se torna a vida dos brasileiros. Sabemos que a dívida, não é resultado da importação de petróleo, unicamente. Ela mais se deve à própria política eleita pelo Governo e cujo objetivo principal é exatamente o de estabelecer a mais profunda dependência de nossa economia ao capital estrangeiro. Mas gostaríamos de analisar hoje a questão energética, tomando como base para isso o exemplo mais próximo e assim desnudar esta argumentação. Com isso pretendemos sensibilizar a todos em torno da preocupação pelo futuro de uma fonte energética que, dentro em pouco, poderá entrar nas negociações aviltantes do Governo com o capital estrangeiro. E que se ainda não entrou nessas negociações, foi graças às resistências da Oposição e de alguns setores dentro do próprio Governo, especialmente nas posições assumidas pelo Presidente interino, Aureliano Chaves.

O xisto, já foi demonstrado, pode se constituir em fonte importante de energia para o nosso País. No entanto, nada vem sendo feito para acelerar sua exploração rentável. Os cronogramas do projeto estão todos atrasados.

Ora, Senhores, se a exploração do xisto se constitui numa fonte viável de energia, se o temos em nosso território, se desenvolvemos em escala suficiente a tecnologia de sua industrialização, por que o atraso, por que o compasso de espera?

Ninguém duvida que os projetos nesta área são prioritários e, portanto, não há o que justifique essa atitude. Somos então levados a pensar que há interesses bem definidos impondo obstáculos ao desenvolvimento pleno da exploração do xisto. Esta hipótese ganha importância quando vemos em curso uma campanha surda que pretende justificar, ainda, a entrega de sua exploração a grandes monopólios privados. E neste campo, quando se fala em monopólios privados, entram em causa os grandes grupos monopolistas estrangeiros.

Vejamos esses argumentos:

O PRIMEIRO AFIRMA QUE NOS FALTAM RECURSOS FINANCEIROS PARA A EXPLORAÇÃO DO XISTO.

Não é verdade. Para mostrar como esse suposto ponto de estrangulamento não existe, basta lembrar que, em 1975, seis anos atrás, a PETROBRÁS aplicou 300 milhões de dólares na exploração e produção de petróleo e outras fontes de energia. Um ano depois, essa quantia passou a 700 milhões de dólares.

O último orçamento da PETROBRÁS destinou a atividade cerca de 800 milhões de dólares. É verdade que destes orçamentos, pouco se destinava ao xisto. Mas o importante é assinalar aqui que não faltam recursos para o setor.

A PETROBRÁS, Senhores, está entre as 50 maiores empresas do mundo e tem condições de realizar qualquer projeto que uma multinacional pretenda encampar. E tratando-se de projeto que se inclua no primeiro plano das prioridades, basta reforçar seu orçamento, deslocar mais recursos para as suas atividades.

Também aqui salta aos olhos a manobra. Reduzindo os recursos para a exploração do xisto, o Governo pretendia demonstrar que não outra forma senão recorrer à iniciativa privada. Foi assim com outros setores da economia. A fórmula é a tradicional: inviabiliza-se a iniciativa estatal para justificar a privatização.

O SEGUNDO ARGUMENTO NORMALMENTE APRESENTADO É O DA FALTA DE RECURSOS TECNOLÓGICOS.

Uma forma antiga de defender os interesses estrangeiros. Vejamos aqui a opinião de um técnico insuspeito. William Fisher, professor de geologia da exploração na Universidade do Texas. Ele afirma que a PETROBRÁS tem plenas condições de desenvolver qualquer projeto a partir de seus próprios recursos tecnológicos. E mais. Que em alguns ramos da atividade a nossa empresa estatal desenvolveu tecnologia própria que ou

tras empresas do mundo não dispõem.

Pois bem, Senhores, entre os projetos em que a PETROBRÁS se destaca pelo desenvolvimento de sua própria tecnologia, está a do xisto. E podemos dizer que se há uma empresa com recursos tecnológicos no mundo para explorar o xisto, essa é a PETROBRÁS. Os que apresentam este argumento da carência tecnológica seria bom que tomassem nota das empresas estrangeiras interessadas em obter nossa tecnologia para prospecção, exploração e industrialização do xisto.

O TERCEIRO ARGUMENTO DIZ QUE A ENTREGA DO XISTO PERMITIRIA A PRODUÇÃO MAIOR A CURTO PRAZO.

Afirmam alguns que se entregarmos o xisto à exploração de empresas privadas os recursos disponíveis serão maiores, e, conseqüentemente, mais curto o prazo e maior produção. Este argumento é falso porque é muito improvável que monopólios privados possam aplicar recursos substancialmente maiores que aqueles que a PETROBRÁS pode relocar para o setor. E a PETROBRÁS conta com a vantagem de 20 anos de experiência que nenhuma multinacional tem para agilizar a produção.

O QUARTO ARGUMENTO É O DE QUE SE ENTREGAMOS ÀS EMPRESAS ESTRANGEIRAS A EXPLORAÇÃO DO XISTO, ESTAS É QUE CORRERÃO OS RISCOS SOBRE O NEGÓCIO.

Mas que riscos são estes, se a PETROBRÁS já tem as demonstrações necessárias de que o xisto é viável? E não sabemos de qualquer projeto que implique em grandes riscos que tenha atraído o capital monopolista estrangeiro em qualquer parte do mundo. As sete irmãs, os sete grandes monopólios do petróleo, ao que se saiba não aplicam onde não tenham certeza do lucro rápido. E é tradicional que exijam garantias em benefícios que nem sempre são oferecidos às empresas nacionais.

A verdade, Senhores, é que nada justificaria retirar à PETROBRÁS nossas fontes de xisto e a tecnologia que desenvolvemos para explorá-lo. Do ponto de vista técnico, econômico, o xisto é viável como fonte de energia. Sua exploração urgente para fazer frente às nossas dificuldades nesse campo.

Por quê então se atrasa a sua exploração?

Porque o atraso favorece à política de entrega. Porque não é fácil para o Governo simplesmente entregar a Usina Protótipo de São Mateus do Sul a qualquer empresa estrangeira. Porque a este Governo não interessa adotar medidas concretas e eficientes para nos libertar da dependência. Basta analisar o que acontece no campo da exploração de fontes alternativas de energia para chegarmos a essa conclusão. O PROÁLCOOL é exemplo disso. Atrasado, envolvido no caos de uma administração incapaz de resolver nossos problemas, vai sendo tomado de assalto.

A verdade, Senhores, parece estar expressa numa declaração do ex-Presidente Geisel, hoje Presidente da multinacional Norquisa, em 1975, no Congresso Latino-Americano da Indústria: "as empresas estrangeiras, dizia o então Presidente do Brasil, mesmo as de caráter transnacional, têm seu lugar no modelo de desenvolvimento adotado. O Governo reconhece-lhes um papel digno de ser salientado, como veículo de captação de poupanças externas, de transferências de tecnologia e de incorporação de experiência administrativa na empresa brasileira, assim como fator de ampliação e diversificação da pauta de exportações."

Tal declaração de amor às multinacionais pelo atual Presidente da Norquisa parece sintetizar a política que norteou o Governo nestes 17 anos. É o que norteia Delfim Neto, chapéu na mão, pedindo empréstimos no exterior. É o que determina a não realização de nossos projetos prioritários, aqueles que possam nos auxiliar a sair da crise mantendo a soberania nacional.

E nós, que fazemos diante desta questão?

Estão em jogo também os interesses mais próximos do

Estado. A exploração do xisto interessa de perto ao Paraná. Resta que se inicie uma campanha em defesa do xisto e pela sua exploração. Esta tarefa, nós da oposição, propomos a todos os paranaenses e aos brasileiros que compreendem a necessidade da preservação da soberania nacional.

É com este propósito que o meu partido, o PMDB, vai iniciar um grande trabalho, uma grande campanha, organizando todos aqueles que estejam dispostos a defender o xisto como forma, inclusive, de evitar no futuro que nossos ministros continuem a negociar empréstimos no exterior em troca de nossas riquezas. Uma campanha marcada pela defesa dos interesses nacionais tão submetidos à sanha das multinacionais.

Para essa campanha convocamos a todos, independente do partido a que pertençam, bastando que para isso ponham mais alto seu patriotismo e a perspectiva de fazer deste País uma Nação respeitada pela sua capacidade de resolver seus problemas sem necessitar consultar os banqueiros internacionais e as multinacionais.

É a nossa proposta.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Gilberto Agibert, nós da Bancada do PMDB, que constituímos um grupo de trabalho, que vem discutindo, estudando profundamente a questão do xisto, grupo este que tem na sua pessoa um dos componentes de destaque, mais uma vez volta à tribuna, e vejo com o brilhantismo que faz, trazendo esta preocupação, que acima de tudo é nacionalista, brasileira, e, que portanto, passa por uma causa paranaense e saber que há poucos dias nós tivemos mais um aniversário da PETROBRÁS.

E agora que se teve por parte do Governo uma nova tendência sendo imprimida as atividades da empresa estatal monopolizadora do petróleo e afins, nós ficamos cada vez mais angustiados. Porque, de um lado nós vemos críticas à PETROBRÁS e nós não podemos aceitar críticas à PETROBRÁS, nós brasileiros, nacionalistas, peemedebistas. O que nós devemos criticar, efetivamente, como Vossa Excelência vem fazendo com destaque, são os homens que estão dirigindo a PETROBRÁS e as diretrizes que foram determinadas para a PETROBRÁS nos últimos anos nesse País. Aí é que está o defeito, a questão que realmente precisa ser analisada e precisa ser muito bem discutida, sob pena de nós praticarmos um crime contra a história econômica e a independência deste País. Porque a PETROBRÁS foi uma conquista do povo nas ruas, na campanha, o Petróleo é nosso.

E a própria Lei n.º 2004, que criou a PETROBRÁS e, portanto, monopólio estatal do petróleo e afins, que teve amplas discussões desde 1951 até 1953 no Congresso Nacional, nós precisamos lembrar tudo isto, para deixar na memória do povo de que no caso específico de nós paranaenses, não podemos admitir a entrega do xisto ao capital estrangeiro, às multinacionais como quer o Governo.

O Governo quer transformar o xisto de São Mateus do Sul numa mini-carajás. E isso é acima de tudo anti-popular, anti-nacional e os brasileiros que se prezam, tem que levantar as suas vozes contra esse entreguismo, que aliás é um traço comum do regime após 1964.

E aproveito este instante, como nós temos aqui presentes, dois companheiros, vereadores brilhantes, do PMDB de São Mateus do Sul, Francisco Kaminski e Lourival Maia, que, na Câmara de Vereadores daquele Município, também não têm olvidado esta questão do xisto, porque sabem que São Mateus terá direito de "royalties", e de indenização, 2% dos valores das jazidas de xisto de São Mateus, 2% do valor deverão retomar a São Mateus, fora a percentagem que ficará, de 8% do valor da jazida para o Estado do Paraná; além dos 5% de "royalties" que virão para o Estado do Paraná, de tudo que for explorado, nós devemos nos somar não só a São Mateus, ao Paraná, mas a todos

aqueles que estão dispostos a imprimir esse grito de independência, a lutar que o xisto é nosso, e derrubar, como Vossa Excelência faz, com argumentos até científicos, técnicos e matemáticos, de que a questão do xisto é bem diferenciada até do petróleo de poço, porque o xisto que tem o petróleo da rocha betuminosa, na verdade não tem nenhum risco, como tem o petróleo, que há que se fazer a prospecção a 1.000, 2.000 metros na superfície.

No caso nosso, o xisto não é uma loteria, não há nada de risco, porque o xisto está à flor da pele, e a jazida de São Mateus do Sul, conforme a pesquisa feita pela PETROXIS, há 20 anos, como Vossa Excelência bem disse, aprovam de que a exploração tem uma viabilidade econômica tranquila, com retorno do investimento com menos de dois anos. E, no entanto, enquanto isso, Delfim Neto, Ministro do Planejamento, vai ao exterior, mais uma vez, tentar negociar Carajás, entregar recursos naturais, e, por certo, logo virá mais algum contratinho desta espécie, em cima do xisto brasileiro, das rochas betuminosas que temos neste País, e que são as melhores, no sentido de exploração, porque estão à flor da pele e não tem nenhuma dificuldade de industrialização.

Por isso, aceite esta nossa manifestação de apoio, sabendo que este grupo de trabalho que o PMDB constituiu, pretende até desenvolver outras coisas, como a criação de um comitê de defesa do xisto paranaense.

São estas manifestações que merecem o apoio desta Casa, a Assembléia Legislativa, para que os Vereadores de São Mateus do Sul, possam cada vez mais se debruçar sobre esta questão que é paranista, mas, acima de tudo, é uma causa nacionalista, e de defesa da independência econômica deste País, e dos recursos naturais que nos levarão a tal.

Muito obrigado por este aparte e peço desculpas até por tê-lo estendido, e tenho certeza que os cumprimentos que posso lhe transmitir são de que o xisto é nosso e quem pega levará. Por isso esta é a luta do PMDB, e, me parece, de todos nós do Brasil.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Agradeço o aparte do nobre colega, e o seu apoio, já que, como de costume, trouxe em seu aparte, dados realmente não só interessantes, mas que enriquecem o meu pronunciamento.

Vossa Excelência traz dados que fazem com que esta Casa, sinta da importância que o xisto é para os brasileiros, e, ao mesmo tempo, muito bem lembrado, traz ao conhecimento de dois Vereadores de São Mateus do Sul, do interesse que nossa bancada está tendo para com o problema do xisto.

E eu ainda acrescentaria a esses dois Vereadores, que levem a São Mateus do Sul, para a população de São Mateus do Sul, população que eles representam, que levem a eles, dizendo que o PMDB realmente tem interesse pelo xisto; que o PMDB realmente está lutando pelas riquezas que existem neste País.

Concedo aparte ao nobre Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, essa luta em defesa do nosso País se estende do xisto à Carajás, à Serra Pelada, à Amazônia. O País está indefeso. Este País está órfão. É preciso organizar o quanto antes o nosso povo, porque o Governo está brincando demais com as esperanças do povo. E isso é perigoso.

Mas, esse império dos humildes, que é a nossa população, dará, mais dia, menos dia, o seu grito de “basta”, expulsará, nobre Deputado, esses vendilhões que estão encastelados no Palácio do Planalto, em Brasília.

A história do mundo fala na prostituição das mulheres. No Brasil, o que vemos, é a prostituição dos homens. Os homens que nos governam estão prostituídos. Oficializou a corrupção, a subserviência, o entreguismo. Porque, volto a repetir, ser corrupto, neste País, dá mérito, dá destaque, dá entrevista na televisão, fotografia no jornal. Dá, antes de tudo, acima de tudo,

“status”.

Este é um País de ladrões oficializados, de colarinho branco, que transitam diariamente nos modernos e luxuosos gabinetes de Brasília. Mas, a Justiça só se aplica aos pobres. A Justiça preocupa-se só com o jogo do bicho, com a marginalidade pequena. Os grandes marginais estão isentos, estão soltos, lá em Brasília, realizando negociatas e vendendo este País.

Há ainda quem tenha uma dignidade mínima, mas é uma minoria, porque, o resto está abaixo da dignidade.

O Brasil pede socorro há muito tempo. E aqueles que deveriam cuidar do que é nosso são os grandes agiotas que estão negociando e loteando este País.

Só há uma saída, nobre Deputado, é a derrubada deste regime, a derrubada deste sistema, a derrubada deste Governo que está sufocando as esperanças nacionais.

E essa revolução nós não faremos à base de baionetas, mas através das urnas, através dos votos, já a partir do próximo ano.

Obrigado, nobre Deputado.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Agradeço o aparte do nobre Deputado.

E, realmente, Deputado Fiori Luiz, o Brasil é nosso.

Vossa Excelência foi muito feliz quando disse que o Governo está brincando com as esperanças do povo.

Mas, temos esperança no futuro, exatamente através das urnas, como Vossa Excelência falou.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Gilberto Agibert Filho, quero cumprimentar Vossa Excelência pelo brilhante pronunciamento que faz nesta tarde, que, membro da Comissão do nosso Partido, encarregada dos estudos em defesa do xisto e principalmente do xisto paranaense, Vossa Excelência traz luzes ao entendimento desta Casa e a todos aqueles que visitam este Poder, e que poderão testemunhar, como Vossa Excelência bem disse, o trabalho que o nosso Partido, o PMDB vem fazendo em defesa da soberania do nosso subsolo e especificamente, o xisto do Paraná. Porque Vossa Excelência colocou muito bem, colocar a exploração do xisto no sistema de capital de risco, é mais uma prova de que esse modelo político-econômico instalado em 1964 fez, e está fazendo, com os recursos da Nação brasileira, estão entregando as nossas riquezas à voracidade do capital estrangeiro que estão aqui nesta República, eminente Deputado, sugando o povo, matando o nosso povo, de fome.

Cumprimento Vossa Excelência e o parabenizo pelo pronunciamento que fez nesta tarde.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Agradeço, nobre Deputado Darcy Deitos, o seu aparte, o seu apoio, já que parte de um Líder de nossa bancada que muito tem se preocupado com os problemas nacionais e com os problemas do Paraná.

Desta maneira, gostaria de incorporar o seu aparte, ao meu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Declina. A mesma consulta a Mesa faz às Lideranças do Partido Popular, do Partido Trabalhista Brasileiro, do Partido Democrático Social.

(As três Lideranças declinam).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – (Pela Ordem) Requeiro a chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa defere e procederá a chamada. (É procedida a chamada nominal)
Responderem à chamada nominal, 43 Srs. Deputados.
Há “quorum” para deliberação.
Sobre a mesa, projeto de lei de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. - Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução nº 47/81, (Mens. Govern. nº 17/81), que aprova o Termo de Renovação ao Convênio 117/79, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de CIANORTE, com a interveniência da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, objetivando aplicação de recursos financeiros do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. – **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 47/81
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º – Fica aprovado o Termo de Renovação datado de 08 de julho de 1980, do Convênio nº 117/79, celebrado em 26 de junho de 1979, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de CIANORTE, com interveniência da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, objetivando aplicação de recursos financeiros do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente
DEL CIEL – Relator

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução nº 48/81, (Mens. Govern. nº 48/81), que aprova o Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, com o Município de PIRAQUARA, objetivando aplicação de recursos do Fundo de Participação dos Estados no Programa de recuperação da área do manancial do Rio Iraí. – **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 48/81
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º – Fica aprovado o Convênio COMEC-027/80, celebrado em 31 de julho de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, com o Município de PIRAQUARA, objetivando aplicação de recursos do Fundo de Participação dos Estados no programa de recuperação da área do manancial do Rio Iraí.

Art. 2.º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente
DEL CIEL – Relator

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução nº 49/81, (Mens. Govern. nº 63/81), que aprova o Convênio celebrado

entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Indústria e do Comércio, visando a realização da II Feira Brasileira de Artesanato. – **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 49/81
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º – Fica aprovado o convênio celebrado em 15 de julho de 1981, entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Indústria e do Comércio, visando a realização da “II Feira Brasileira de Artesanato”.

Art. 2.º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente
DEL CIEL – Relator

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução nº 50/81, (Mens. Govern. nº 65/81), que aprova os Termos Aditivos a Convênios firmados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de CENTENÁRIO DO SUL, COLORADO, MOREIRA SALLES, SANTA ISABEL DO IVAÍ e TERRA ROXA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede dos referidos municípios. – **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 50/81
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º – Ficam aprovados os Termos Aditivos datados de 22 de junho de 1981, aos Convênios firmados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de CENTENÁRIO DO SUL, COLORADO, MOREIRA SALLES, SANTA ISABEL DO IVAÍ e TERRA ROXA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana nas sedes dos referidos municípios.

Art. 2.º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente
DEL CIEL – Relator

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 93/81, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que altera a Lei 6407, de 11 de junho de 1973 (Fundação IPARDES). Parecer Favorável da C.C.J., com EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. – Em votação a Emenda Substitutiva de Plenário. – **Aprovada.**

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 70/81, oriundo de Parecer Aprovado por unanimidade da C.C.J. à ex-Proposição nº 38/81 (Mens. Govern. nº 42/81), que aprova o Convênio celebrado em 20/05/81 entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Estado do Mato Grosso do Sul, através da Secretaria de Obras Públicas, visando a prestação de assistência técnica e participação em estudos que objetivam a “Análise da Potencialidade da Navegação Interior nos Afluentes do Rio Paraná”. – **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 71/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 45/81 (Mensl Govern. nº 47/81), que aprova os Termos Aditivos aos Convênios 01 a 13, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios nominados, objetivando a participação dos citados municípios no “Programa de Transporte Metro-

politano. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 72/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 56/81 (Mens. Govern. nº 62/81), que aprova os Convênios celebrados em 07/07/81, entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS e SANTO ANTÔNIO DO PARAISO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, nas sedes dos referidos municípios. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 73/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 58/81, (Mens. Govern. nº 64/81), que aprova os Convênios celebrados em 2,15 e 30/06/81, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e os Municípios de MANDAGUARI, RIO NEGRO e URAÍ, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 74/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 69/81, (Mens. Govern. nº 76/81), que aprova o Termo de Convênio celebrado em 23/07/81, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de NOVA ALIANÇA DO IVAÍ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 75/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 75/81, (Mens. Govern. nº 81/81), que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de GUAPOREMA, visando a execução de obras de controle da erosão urbana, naquele município. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 115/81, de autoria do Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DO PARANÁ, com sede e foro em Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 125/81, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública o LAR DAS MENINAS NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 101/81 de autoria do Deputado FUAD NACLI E OUTROS, que altera a redação da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em seu inciso III, do Art. 140, conforme especifica. (Aposentadoria de funcionário com Cargo em Comissão ou Função Gratificada). Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere. (É procedida a verificação de votação).

18 Srs. Deputados aprovam; 23 Srs. Deputados rejeitam. **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 23/80, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que declara de utilidade pública

a a CRECHE ANA LOPO CANET, com sede e foro na Cidade de Congoninhas. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 23/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a CRECHE ANA LOPO CANET, com sede e foro na cidade de Congoninhas.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1980.

(a) GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública é de caráter beneficente, sem fins lucrativos, e tem por finalidade amparar a criança necessitada, economicamente e moralmente, sem distinção de raça, cor, sexo e credo religioso.

Desta forma, contamos com o apoio e aprovação dos ilustres Pares com assento nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 23/80

P A R E C E R:

O nobre Deputado Gabriel Manoel, com o presente projeto de lei, visa declarar de utilidade pública a Creche "Ana Lopo Canet", do Município de Congoninhas.

Examinada a documentação que instrue a medida, verifica-se que a mesma atende os pressupostos da Lei 6994, que rege a espécie, preenchendo os seus requisitos essenciais.

Assim, inexistente vício legal ou constitucional que obstaculize a sua livre tramitação.

Nestas condições, emitimos nosso parecer Favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07 de outubro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

PAULO CAMARGO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 132/80, de autoria do Deputado ANTÔNIO ROMERO FILHO E OUTROS, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 7206, de 01 de outubro de 1979 (Férias de Funcionários). Parecer Favorável da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por maioria (Anexo Projeto de Lei 66/81, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, versando sobre a mesma matéria).

PROJETO DE LEI Nº 132/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — O art. 1º, da Lei nº 7206, de 01 de outubro de 1979, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º — Os funcionários que não houverem gozado férias já atingidas pela prescrição de dois (02) anos, terão direito de contá-las em dobro e para todos os efeitos legais, desde que a requeiram até 31 de dezembro de 1980."

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1980.

(a) ROMERO FILHO

JUSTIFICATIVA:

O art. 1º da Lei 7206, de 01 de outubro de 1979, conforme a redação atual, concedera o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para que os funcionários requeressem a contagem em dobro e para todos os efeitos legais, de férias não gozadas e já

atingidas pela prescrição de dois (02) anos.

O prazo para a tomada de tal medida, findou a 31 de janeiro do ano em curso.

Não houvera divulgação ampla de dita Lei, e a maioria esmagadora do funcionalismo público não tem acesso ao Diário Oficial do Estado, quase sempre trancado na gaveta dos chefes da repartição na Capital e no interior.

Este fato impediu que inúmeros interessados tomassem conhecimento da oportunidade que lhes era ensejada.

Assim pois, numa atitude de solidariedade humana, pretendemos beneficiar a sofredora classe dos servidores públicos, através do alargamento do prazo para a contagem em dobro das férias não desfrutadas.

Como o presente projeto de lei é constitucional, e como os Srs. Deputados muito prezam o esforço construtivo do funcionalismo público estadual, não temos dúvida de que será unanimemente aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 132/80

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Romero Filho, tem por finalidade conceder ao funcionário público estadual dilatação de prazo para que o mesmo possa contar em dobro período de férias não gozadas e atingidas pela prescrição de dois (02) anos, e dá outras providências.

Embora a intenção do seu autor seja a de beneficiar a laboriosa classe do funcionalismo público estadual, barreiras constitucionais impedem que tal matéria seja de iniciativa deste Poder Legislativo (Art. 25, § 1.º, letra C).

Com isso, o nosso parecer é contrário ao Projeto de Lei 132/80, por julgá-lo inconstitucional, opinando-se pela sua Rejeição, sabendo-se todavia que a Lei 7206, de 01/10/79, que a presente proposição pretende alterar, é originária do Projeto de Lei 72/79, de autoria do nobre Deputado Ezequias Losso.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de outubro de 1980.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente
DENI SCHWARTZ — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 132/80

Art. 1.º — O § 2.º do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, passará a vigorar com a seguinte redação:

§ 2.º — O funcionário que deixar de gozar as férias, nos termos previstos neste artigo, poderá gozá-las dentro dos dois exercícios seguintes ao seu vencimento”.

Art. 2.º — Fica revogado o § 3.º do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 3.º — Ao funcionário cujas férias forem atingidas pela prescrição contida no § 3.º do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, fica assegurado o direito de contá-las em dobro, para todos os efeitos legais.

Sala das Comissões, em

(a) PAULO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

A limitação do período em que o funcionário goze suas férias transferidas vem de encontro dos interesses da administração, até por uma questão de racionalização da distribuição de serviços dentro das diversas repartições.

Quer nos parecer, no entanto, que não é justo que o funcionário que teve suas férias adiadas por necessidade do serviço, venha a ser castigado com a prescrição deste direito, por não o haver exercido em tempo hábil.

Em votação. — Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela Ordem) Requeiro verificação de votação.

(É procedida a verificação)

14 Srs. Deputados aprovam; 21 Srs. Deputados rejeitam.

Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela Ordem) Solicito a Vossa Excelência que faça constar na Ata dos trabalhos, de que a primeira discussão do Projeto de Lei 132/80, de autoria do Deputado Romero Filho, e outros, que da nova redação ao artigo primeiro da Lei 7206, de 01 de outubro de 1979, que trata das férias de funcionários.

Conste na Ata dos trabalhos que foi rejeitado por unanimidade da Bancada do PDS.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa fará constar.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, é ilegal o requerimento, não tem amparo regimental. A votação não foi feita nominalmente, foi feita simbolicamente.

Portanto, assumimos a responsabilidade dos nossos atos. Mas Vossa Excelência não pode fazer constar em Ata, porque não tem amparo regimental.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela Ordem) Sr. Presidente, é que jurisprudência já existe nesta Casa e é praxe esta solicitação de que conste na Ata dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa ao nobre Deputado que realmente a votação foi simbólica, razão porque esta Presidência não pode definir quais os Deputados que votaram a favor ou contra.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 163/80, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE TOLEDO — FUMEST, no Município de Toledo. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 163/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE TOLEDO — FUMEST, no Município de Toledo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1980.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Justifica a presente solicitação, face as suas altas finalidades: a — promover a pesquisa e o desenvolvimento das ciências;

b — formar pessoas habilitadas ao exercício das profissões técnico-científicas e de magistério;

c — prestar serviços à comunidade;

d — colaborar com as instituições congêneres do País, na defesa dos princípios de liberdade e de solidariedade humana que inspiram a educação nacional.

Eis porque, respeitosamente, solicita a esta egrégia Casa de Leis, a aprovação do presente projeto de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 163/80

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Egon Pudell, o projeto epigrafado objetiva declarar de utilidade pública a “Fundação Municipal de Ensino Superior de Toledo — FUMEST”.

A documentação que acompanha a proposta corresponde perfeitamente às exigências contidas na Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre normas para a declaração de utilidade pública.

A iniciativa é pertinente, sob o aspecto constitucional, e formalmente a matéria se apresenta segundo as recomendações do Regimento Interno.

Face ao exposto, opino pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO – Presidente

WALDYR PUGLIESI – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 103/81, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que declara de utilidade pública a GUARDA MIRIM DE UMUARAMA, com sede e foro na Cidade de Umuarama. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 103/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a GUARDA MIRIM DE UMUARAMA, órgão componente da Associação Regional de Assistência ao Menor, com sede e foro naquele município.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1981.

(a) JOÃO MANSUR

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva declarar de utilidade pública a GUARDA MIRIM DE UMUARAMA, órgão pertencente e componente da Associação Regional de Assistência ao Menor de Umuarama – ARAM, cujos propósitos e fins a que se destinam encontram-se claramente determinados através de documentação anexa ao presente, e através da qual poder-se-á constatar a perfeita consonância dos mesmos, com vistas ao atingimento da presente proposição, razão pela qual esperamos contar com o apoio dos nobres Deputados com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 103/81

P A R E C E R:

Com a presente medida o nobre Deputado João Mansur, intenciona declarar como de utilidade pública a Guarda Mirim de Umuarama, órgão componente da Associação Regional de Assistência ao Menor, daquele município.

Atendendo as expressas disposições da Lei 6994, anexa ao Projeto documentação bastante ao convencimento de que os requisitos indispensáveis exigidos pela legislação especial, estão sendo cumpridos.

Assim, inexistindo qualquer óbice legal ou constitucional para seu normal seguimento, temos como satisfeitas as condições pré-estabelecidas para iniciativas desta natureza, pelo que nos manifestamos favoráveis à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07 de outubro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO – Presidente

WALDYR PUGLIESI – Relator

O SR. PRESIDENTE – (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência para tramitação do Projeto de Lei 05/80, que cria o Município de Corumbataí do Sul, desmembrado do Município de Barbosa Ferraz. – Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS – (Pela Ordem) Sr. Presidente, requei-

ro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE – (João Mansur) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É feita a verificação).

17 Srs. Deputados aprovam; 23 Srs. Deputados rejeitam.

Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS – (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência que, tendo em vista que em todas as oportunidades em que foi feita solicitação idêntica, Vossa Excelência usou de critérios corretos, então não poderá ser tomada outra atitude a não ser esta que agora requeiro a Vossa Excelência.

Que, na Ata dos trabalhos, conste que os votos favoráveis à aprovação deste requerimento, em que solicitamos Regime de Urgência à criação do Município de Corumbataí, desmembrado do Município de Barbosa Ferraz, que se encontra com toda a documentação hábil já apreciada pela CCJ, só que foi pedido vistas com o intuito de segurar o trâmite normal dessa matéria, que Vossa Excelência coloque na Ata dos trabalhos que os votos favoráveis foram dados pelas Oposições com assento nesta Casa.

Creio que não há impeditivo regimental para isso.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa não tem condições de definir os votos, razão porque, quando Vossa Excelência assim o desejar, requeira a votação nominal da matéria e será constado em Ata.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhada cópia de pronunciamento ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, sobre a necessidade de mais programas infantis, para serem veiculados nas emissoras de televisão. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei 12/81, que declara de utilidade pública a Liga Regional de Futebol de Cascavel. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado às autoridades federais representantes do Paraná na Câmara e Senado Federal, no sentido de que intercedam junto ao Sr. Presidente da República em exercício, a fim de que o Ministério da Educação e Cultura, através das redes de emissoras da televisão, passem a exigir legendas, como nos filmes traduzidos, para atender os deficientes auditivos. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Administração, contendo pedido de informações com respeito à licitação realizada no dia 16 de setembro deste ano, envolvendo empresas de vigilâncias. – Rejeitado.

O SR. NELTON FRIEDRICH – (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE – (João Mansur) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

16 Srs. Deputados aprovam; 23 Srs. Deputados rejeitam.

Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedreich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à TELEPAR, encarecendo informações sobre as razões da não instalação de telefones individuais no Distrito de Novo Sobradinho, Município de Toledo. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kinnus, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Desenvolvimento do Paraná S/A, pedindo informações dos critérios adotados para liberação de Cr\$ 350 milhões para a firma AGROCERES SEMENTES S/A. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, encarecendo daquela instituição de crédito, a implantação de um Posto Avançado no Município de Verê. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior e ao Sr. Presidente da SANEPAR, encarecendo extensão da rede de água na cidade de Palmeira. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando envio de apelo ao Sr. Secretário de Segurança Pública, para providências no sentido de atender à Delegacia de Polícia de Palmeira — uma quota mensal de combustível para viatura policial, uma viatura em condições de uso e a reforma do prédio da referida delegacia. **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à Comunidade Bahá'í, de Curitiba, pela realização da II Semana Bahá'í. **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministro do Interior e Presidente do Banco Nacional de Habitação, encarecendo estudos para a concessão da Anistia aos débitos oriundos da aquisição da casa própria, aos mutuários que perceberem até cinco salários mínimos regional. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Srs. Ministros do Planejamento, Minas e Energia e ao Presidente do Conselho Nacional de Energia, sugerindo autorização e abertura de uma linha de crédito para a instalação de mini-destilarias de álcool, por órgãos municipais. **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, pedindo informações sobre a mobilização de centenas de policiais militares de prontidão, isolando todo o Centro Cívico e impedindo a aproximação dos professores grevistas. — **Rejeitado**.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela Ordem) Requeiro a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação).

16 Srs. Deputados aprovam; 23 Srs. Deputados rejeitam. **Rejeitado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando sejam feitas gestões junto aos Srs. Governador do Estado e ao Comandante da 5ª Região Militar, no sentido de serem evitados os bloqueios que vêm sendo normal à área do Poder Legislativo em dias normais de seu funcionamento, fato que vem criando constrangimento por violar a sua independência na composição dos Poderes do Estado. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de congratulações, pela passagem do Dia da Secretária, em data de hoje. — **Aprovado**. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a implantação do Ensino de 2º Grau, a partir de 1982, nos Distritos de Piquirivai e Farol, no Município de Campo Mourão. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo medidas para resolver o problema do trevo de ligação da BR-369, com a BR-487, na cidade de Campo Mourão. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Sargento Vidal, do 27º BELOG, com sede no Bacacheri, o qual atendeu um acidente de trânsito ocorrido nas imediações de sua Corporação, resultando de sua ação o salvamento de uma vida. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de louvor à diretoria e redação do jornal "Indústria e Comércio", que a partir da edição de hoje passa a dar completa cobertura dos trabalhos deste Poder. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando ao Sr. Secretário da Educação a implantação de Centros Estaduais de Ensino Supletivo, na cidade de Maringá. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Faci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Estado dos Recursos Humanos, seja acrescentado no Anexo I da Lei 7424, de 17/12/80, o Cargo de Assistente de Engenharia. — **Aprovado**. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Sociedade Beneficente União dos Chaffeurs, pela passagem de seus 64 anos, em 29/09/81. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, encarecendo informações sobre o montante arrecadado mensalmente dos professores e repassado às Associações dos Professores do Paraná, bem como se esses descontos são automáticos ou dependem de expressa autorização dos professores. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo seja elevado à condição de Comarca, o Município de Rondon. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fécio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Presidente da TELEPAR, reivindicando a instalação de uma Central Telefônica com 25 terminais, na localidade de Dom Armando, Distrito do futuro Município de Missal. — **Aprovado**. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao jornal "Indústria e Comércio" publicado em nossa Capital, que agora passa a dar cobertura diária dos acontecimentos registrados nesta Casa de Leis. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro dos Transportes, Governador do Estado, Secretário dos Transportes, Governador do Estado do Mato Grosso do Sul e a diversas autoridades, no sentido de que se mantenha o traçado da Ferrovia da Soja, na rota Guapuva - Cascavel - Guaíra; que se entregue à ELETROSUL as verbas necessárias para o início das obras da Usina Ilha Grande; que se defina quanto à Itaipu Binacional, do que será feito em compensação pela perda das Sete Quedas; e dotar Guaíra de um porto fluvial que valorize e aproveite a hidrovía Rio Paraná - Tietê, com a interseção no Porto de Guaíra da Ferrovia da Soja e ainda que se construa um terminal rododiferroviário em Guaíra. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Delegado Regional do Trabalho, encarecendo seja averiguado as irregularidades que estão ocorrendo na firma SEG — Serviço Especial de Segurança. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, com o apoio dos Srs. Deputados Adalberto Daros e Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, em forma de protesto pela invasão de tropas policiais na área de sede deste Poder. — **Rejeitado.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

(É feita a verificação de votação).

14 Srs. Deputados aprovam; 25 Srs. Deputados rejeitam. **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, e ao Superintendente Regional daquele Banco, no sentido de que sejam liberados recursos destinados à Eletrificação Rural, através da Cooperativa de Eletrificação Rural de Chopinzinho Ltda. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scapellini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo seja decretada intervenção no Município de Terra Roxa, face ao não cumprimento, pelo Chefe do Executivo Municipal, do que dispõe o inciso VI do art. 118, da Constituição Estadual. — **Rejeitado.**

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela Ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação).

9 Srs. Deputados aprovam; 22 Srs. Deputados rejeitam. **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Prefeito Jehovah Almeida Gomes, pelo 34.º aniversário do Município de Cambé. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado apelo aos Srs. Ministros da Fazenda e do Planejamento, no sentido de que as cotas atribuídas aos municípios, originárias do F.P.M., para o exercício de 82, sejam acrescidas de percentual condizente com os atuais índices inflacionários, utilizando-se os recursos do Fundo de Reserva Especial, criado

pelo Decreto-Lei 1434, de 11/12/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gemote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade à Associação dos Madeiros do interior matogrossense, que pleiteiam junto ao Governo Federal a imediata recuperação da BR-163, trecho que liga Cuiabá a Sinop, no Estado do Mato Grosso. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado expediente ao Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, encarecendo a instalação de um Posro Avançado do Banco do Brasil no Distrito de Santa Terezinha, Município de Foz do Iguaçu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Coordenador Regional do INPS no Paraná, encarecendo que o mesmo forneça a relação das pensões por morte concedidas pelo FUNRURAL em Barbosa Ferraz, nos últimos cinco anos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior e ao Sr. Diretor da TELEPAR, encarecendo a instalação de Canal Remoto em Dom Armando, Distrito de Medianeira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício aos Srs. Secretários de Estado do Planejamento e da Educação, encarecendo que seja destinado à Faculdade de Ciências Humanas de Toledo, 0,5 do ICM arrecadado no Município, no exercício de 1982, e que o valor seja incluído no Orçamento Geral do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja inserida nos Anais da Cada, o inteiro teor da Carta de Guaíra, subscrita pelo Vereador Ermínio Vendruscolo, e aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal de Guaíra. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que seja valorizada e aproveitada a hidrovía Rio Paraná - Tietê, com a interseção no Porto de Guaíra com a Ferrovia da Soja, e que seja construído o terminal intermodal rododiferroviário, conforme reivindicações na Carta de Guaíra. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja formalizado um apelo ao Sr. Ministro do Planejamento, no sentido de que sejam liberadas as verbas destinadas à ELETROSUL, para o início das obras da usina de Ilha Grande do Município de Guaíra. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado apelo ao Presidente da República e ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que sejam atendidas as reivindicações legítimas da Carta de Guaíra, no tocante à construção da Ferrovia da Soja. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviada ao Sr. Governador do Estado uma cópia da Carta de Guaíra, solicitando as valiosas interseções junto aos órgãos

Ministeriais, para que as reivindicações nela contidas, possam ser atendidas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais Históricos deste Poder Legislativo, do texto de nota publicada pelo jornal "Diário do Paraná" em sua edição do dia 8, coluna Enfoque. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo no sentido de conceder o 13.º vencimento, já a partir de 1982, a todos os funcionários do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente ao Sr. Diretor da COHAB e sua equipe, agradecendo pela valiosa colaboração que vem dedicando em benefício das classes mais carentes. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado ao Senhor Secretário de Estado Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, pedido de informações sobre as despesas em publicidade do Governo do Estado, especialmente as contas da agência Meta Publicidade. — Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nosso pedido de informações está embasado exatamente num esclarecimento que o Paraná está a esperar e há tempo reivindica, de saber a quantas andam as contas, especialmente publicitárias, patrocinadas pelo Governo do Estado do Paraná.

Sabemos, hoje, que existem diversas agências publicitárias no Estado do Paraná e fora dele, que possuem polpudas contas junto ao nosso Governo e que, evidentemente, desejamos, ao menos, trazer a público, os detalhes, já que se trata de dinheiro, de valores pertencentes aos contribuintes paranaenses.

É claro que, no nosso pedido de informações, nos aprofundamos em alguns aspectos, especialmente para saber aquilo que oficiosamente ocorreu, e que um, ou outro órgão de imprensa chegou a cogitar que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná apresentara sérias dúvidas e apontara irregularidades, quanto especialmente a uma agência que até declino o nome. E por essa razão, me parece que é de interesse da Casa Civil, é de interesse do Governo do Estado, que as especulações tenham um fim. E se não existem tais irregularidades especuladas e se não há nada a esconder, é óbvio que venha a público as respostas que estamos solicitando, em face das indagações pretendidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se a Casa Civil do Governo do Estado, a própria Governadoria, que, neste ano de 1981, tem como dotação orçamentária em tomo de 170 milhões de cruzeiros, para Comunicação Social e que, estranhamente, essa dotação, de maneira astronômica, passa, em 1982, a mais de 670 milhões de cruzeiros, conforme orçamento existente na Casa, ficamos, neste instante, até perplexos. Porque, se a Maioria desta Casa, neste instante, rejeitar este requerimento, simplesmente passaremos a ter suspeitas e indícios muito claros. Ou há algum temor em expor perante este Parlamento, esta Casa do Povo, perante o Paraná, quais são as agências contratadas, quais os custos dessas agências, quais são de nosso Estado, quais não são. E, portanto, esclarecendo, ao final, se existem, ou não, as irregularidades que estão aí, oficiosamente comentadas.

Será, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o paranaense não têm direito a saber desses dados?

Será que nós Deputados, que nos dizemos fiscais do dinheiro público, não temos o direito de ter, em mãos, as informações técnicas, matemáticas, do número de agências, dos valores, se existiram, ou não, irregularidades? E se existiram,

foram punidos os que possam estar envolvidos nas mesmas?

Parece-me que, inclusive, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pertencentes principalmente à bancada majoritária, nós não estaríamos prestando, aqui, um grande favor ao próprio Governador Ney Braga, mostrando ao Paraná de que não há nenhuma irregularidade e de que, o dispêndio em publicidade em agências é aquele dispêndio adequado, racional, dentro dos interesses do Estado do Paraná e portanto sem nenhuma superficialidade, nenhum supérfluo e sem nenhum exagero? Por que, se nós votarmos contra, Sr. Presidente, quem tirará deste Deputado ou de qualquer paranaense, a dúvida que possa ficar, se, existem, ou não, desperdícios, se existem, ou não, até, irregularidades? Eu não tenho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nenhuma argumentação mágica a expor, parece que o processo é irreversível e o requerimento poderá ser indeferido, mas, se for indeferido, fico com a convicção de que há dúvidas, de que há indícios de suspeita e que, acima de tudo, a conta de comunicação social do Governo do Estado do Paraná tem, na verdade, coisas a clarear e que poderão colocar o Governo do Estado mais cedo ou mais tarde, no presente ou no futuro, sob o crivo de que efetivamente teve desperdícios, privilegiou e não teve serenidade e, acima de tudo não honrou o mandato na aplicabilidade dos valores públicos.

Fica esta Casa com a possibilidade de nos esclarecer e acima de tudo, repito, dar, ao Paraná, a certeza de que nada existe, de que tudo que se faz no Estado está se fazendo, dentro de um processo muito racional de dispêndio, adequado à situação econômico-financeira do Paraná. Parece-me que este é o único objetivo, não temos nenhum interesse nem em prejudicar esta, ou aquela agência, não temos nenhum interesse, inclusive, em atingir agência até que possa estar nominada no nosso Pedido de Informações, mas este problema, não é o principal porque, para a própria empresa nominada como para todas as agências que possam ter conta com o Governo do Estado do Paraná, seria mais uma oportunidade de mostrar que nada existe e que, tudo aquilo que possa estar sendo apresentado aí oficiosamente como duvidoso, não é nada mais do que uma mera especulação muito danosa à imagem do Governador Ney Braga. Tomara, portanto, que o bom senso desta Casa possa fazer com que o Paraná sinta e se esclareça da honrabilidade da aplicação das verbas publicitárias, em especial da dotação Comunicação Social.

É isto que eu sei que o povo do Paraná espera e que nós meramente estamos intermediando, com este Pedido de Informações. Oxalá esta Casa tenha a serenidade de ajudar o Paraná, o Governo Ney Braga, a esclarecer os pontos levantados.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. AIRTON CORDEIRO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O requerimento apresentado à Casa pelo ilustre Deputado Nelson Friedrich, na verdade não só apresenta certos questionamentos como faz algumas acusações que eu tenho convicção, infundadas e injustas. A preocupação do ilustre Parlamentar com a Administração Estadual, parece, para a Liderança do Governo, salutar, pois demonstra, aparentemente, o poder e o dever da Oposição, em fiscalizar, em nome do povo e dos princípios democráticos, as ações governamentais. Entretanto, na análise mais atenta do requerimento, notamos que, o ilustre Líder do PMDB, ou por atitude apressada ou por assessoramento mal cuidado, deixou claras outras intenções que não a de simplesmente fiscalizar atos administrativos. A Assembléia Legislativa tem, no Tribunal de Contas, um órgão auxiliar de fiscalização no qual podem ser apuradas quaisquer das dúvidas le-

Curitiba, quarta, 04/11/81.

vantadas pelo Deputado Nilton Friedrich, não havendo necessidade, portanto que o mesmo se dirija de modo tão insinuante, ao Secretário-Chefe da Casa Civil do Governo do Estado.

Por outro lado, a indagação do Deputado sobre virtual impugnação por parte do Tribunal de Contas de despesas com publicidade do Governo — o que não é verdade — conforme informação do próprio Tribunal, feita em data de hoje, contrasta com a afirmação feita na sua justificativa que diz ser informação corrente de que o Tribunal de Contas constatou graves irregularidades na prestação de contas sobre as despesas governamentais com publicidade.

Tenho certeza de que o Governador Ney Braga, homem íntegro que é, seria o primeiro a punir qualquer irregularidade praticada por um auxiliar seu. Então porque um representante da Oposição, que parece estar bem informado, até mesmo tecnicamente, sobre o modo como são pagas as contas do Governo, não completa as suas informações, se é que as possui. Afinal, quem são os altos funcionários que estariam recebendo comissões de agências de propaganda — e esta é uma indagação que faz o Deputado Nilton Friedrich no seu requerimento. Quais são os setores de nossa sociedade que estão sendo constrangidos pelas informações que diz ter o Deputado, mas que contraditoriamente atesta desconhecer, já que as pede ao Governo? Ainda mais: parece que o ilustre Deputado não mediu a sua pressa e a responsabilidade de suas afirmações, ao colocar tão taxativamente uma empresa privada como ré de suas acusações. Teria, por acaso, o parlamentar, interesse particular de um concorrente no mercado, já que sabemos obviamente que existem dezenas de agências que, por várias razões, não conseguem vender os seus serviços? É uma indagação que nós fazemos, e me parece, desconhece o ilustre parlamentar que a atual Administração estadual procedeu a ampla reforma no relacionamento com as empresas de publicidade, a começar pela rigorosa exigência de idoneidade administrativa, apurada periodicamente, pelos órgãos próprios da Secretaria de Estado da Administração. Enfim, são perguntas que podemos dirigir ao parlamentar, ao invés de nos preocuparmos simplesmente em atender as suas questões, feitas ao sabor de uma também aparente intenção de fabricar sensacionalismo. E mais, Senhor Presidente, Srs. Deputados, temos conhecimento da sistemática introduzida pelo Governo Ney Braga em matéria de política de comunicação social e nós sabemos que as empresas que estão operando com o Governo, são cadastradas depois de um rigoroso levantamento feito não só pelos órgãos governamentais, mas como pelas entidades representativas dos publicitários no Estado do Paraná.

Então, Sr. Presidente, Senhores Deputados, temos, para com esta matéria, a concepção exata de que se tenta apenas semear uma dúvida e não só semear uma dúvida, Senhor Presidente, Senhores Deputados. São feitas algumas afirmações que precisam de uma melhor reflexão: é feita uma acusação frontal a uma agência de publicidade de Curitiba que opera no mercado há muitos anos.

Ora, se existe respaldo para a denúncia, então que a denúncia seja acompanhada da prova. É o mínimo que se pode esperar. E é princípio geral de Direito, de que o ônus da prova compete a quem formula a acusação.

Portanto, Senhor Presidente, nós realmente rejeitaremos este requerimento, não com a intenção de ocultar nada de um governo que tem responsabilidade para gastar o dinheiro da sua gente, mas simplesmente com a intenção e com o objetivo concreto, Senhor Presidente, de evitar que essas atitudes sirvam apenas com um instrumento para a formação errônea da opinião pública e para a formulação de denúncias que não têm nenhum respaldo. No momento em que o ilustre parlamentar fizer acompanhar o seu requerimento, das provas necessárias, nós estaremos aqui não só para acompanhá-lo na sua pretensão. Mas, estaremos aqui para exigir, desta tribuna, desta Casa, a punição

exemplar por parte do Governador Ney Braga. Mas, não podemos dar acolhida absolutamente, não podemos dar acolhida, a manifestações que estão carregadas de injustiças e carregadas de desconfiança e inverdades, e mais, Sr. Presidente, simplesmente para atender a outros objetivos não explicados no requerimento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. JOSÉ TAVARES — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, nós entendemos que, quando um Deputado na condição de legítimo representante do povo em decorrência de boatos, informes, formaliza um Pedido de Informações ao Governo do Estado, ele nada mais está fazendo do que cumprir com o seu dever. E, o Pedido de Informação, segundo o nosso entendimento, parece que não é o entendimento do Deputado Airton Cordeiro, não é uma denúncia.

O que se questiona, o que se busca, são esclarecimentos. E é o que o Deputado Nilton Friedrich, gostaria de obter da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná. Ao mesmo tempo em que, se coloca dúvidas a respeito da aplicabilidade dos recursos da Secretaria de Comunicação Social, eu não vejo também, porque, deixar de se aprovar um requerimento quando este requerimento, que não é uma denúncia, visa única e exclusivamente, esclarecer a verdade dos fatos.

O nobre Deputado Airton Cordeiro, deve ter suas razões subjetivas para impedir que esse Pedido de Informações seja aprovado. Nós não temos nenhuma razão subjetiva para rejeitar um pedido desses ou deixar de formalizá-lo da forma como foi feito. O que nós queremos, Sr. Presidente, já que o Deputado de uma forma muito astuta, vamos assim dizer, de usando de um palavreado muito especial, que é muito próprio dele, ele evita, através dessa sua fundamentação, que esse requerimento seja aprovado. Questionando, inclusive, o Deputado autor do requerimento. Eu gostaria de dizer o seguinte, que se o Deputado Airton Cordeiro se dispuser em trazer aqui, amanhã, as informações que nós buscamos, nós amanhã mesmo, daremos as informações que Vossa Excelência gostaria de obter.

Portanto, gostaria de dizer, só para concluir, de dizer que existe um ditado popular que diz muito, que é o seguinte: “Quem não deve, Sr. Presidente, não tem o que temer”, quem não deve, não há o que esconder. O que nós queremos e o que nós buscamos, é que em decorrência dessas informações, dessas notícias que recebemos diariamente, não só sobre a aplicabilidade de recursos da Comunicação Social como de outros recursos, é que efetivamente o Paraná, os contribuintes do Paraná, tenham, pelo menos, informações seguras e precisas já que não há nada que esconder a respeito da aplicação do dinheiro público.

É este o espírito do nosso requerimento. Nada mais. Não é denúncia e sim, Pedido de Informações, visando única e exclusivamente, informar o povo do nosso Estado como andam as coisas pelo Palácio Iguaçu.

— (Sem revisão do orador).

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Solicito a Vossa Excelência que determine ao Sr. Secretário, a leitura do teor do requerimento para que esta Casa conclua se o requerimento não significa um libelo contra a Sub-Chefia de Comunicação Social do

Governo do Estado.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê requerimento sobre pedido de informações, ao Governo do Estado, de autoria do Deputado Nelson Friedrich.).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação o requerimento.

O SR. LINEU TURRA — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar, está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, foi oportuna a intervenção do Deputado Airton Cordeiro pedindo a leitura do requerimento, que eu até desconhecia. E eu não vejo, Sr. Presidente, nenhum libelo contra a Secretaria de Segurança ou autoridade administrativa, nenhuma. O que se busca no requerimento é tão somente informações que estão claramente expostas no requerimento, são perguntas formuladas. E que aliás, o Poder Público, o Sr. Governador deve a esta Casa estas explicações. E se não existe nada, é lógico que esta Casa só terá que se curvar e também ao mesmo tempo ficará publicamente reconhecido que qualquer notícia com respeito a má aplicação do dinheiro público, ou aplicação perdulária do dinheiro público é tendenciosa e tão somente para vilipendiar a honra do administrador.

Nós temos assistido no rádio e na televisão reiteradas promoções do Governo do Estado sem nenhum sentido pedagógico, ou de informação. No rádio, na televisão e nos jornais. São dinheiros gastos que muito bem poderiam ser aplicados em benefício do Paraná, em benefício do povo.

Nós, de nossa parte, Sr. Presidente, já encaminhamos requerimento também pedindo informações ao Governo, ao Sr. Governador sobre a aplicação de verbas através da Secretaria de Comunicação Social. E era apenas tão somente pedido de informações.

Mas eu não sei porque cargas d'água aqui nesta Casa a Maioria, os Deputados Situacionistas, aqueles que fazem a sustentação do Governo, sistematicamente, negam os pedidos, a aprovação dos requerimentos pedindo informações da aplicação do dinheiro público. Quem não deve, não teme. E eu tenho a impressão que se esse requerimento como está colocado, com as perguntas que estão nele inseridas, se não for aprovado por esta Casa, fica claro, patente, que existe dente de coelho neste Governo. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação o requerimento.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar, concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para discordar da colocação do eminente Deputado Airton Cordeiro, quando afirmou de que caberia o ônus da prova a quem teria formulado a denúncia. Evidente de que não se trata de denúncia, mas se trata sim de um pedido de informações. E, na minha interpretação esse princípio de o ônus da prova caber a quem formula uma denúncia é para a Justiça comum. Quando se trata da coisa pública, em que a moralidade do serviço público e da administração pública, está acima e com valor maior, entendo de que cabe a responsabilidade à autoridade, de que sempre que haja uma possível denúncia de uma irregularidade, não é quem denuncia que tem a incumbência de

provar. Mas aí se inverte o princípio, é a autoridade que manuseia a coisa, que dispõe dos elementos para provar, ou para certificar a sua honestidade, a sua regularidade, que tem a incumbência de esclarecer a opinião pública. E não aquele que faz a prova. Porque se assim fosse, jamais, em tempo algum, se conseguiria qualquer prova antecipada das irregularidades. Quem faz uma irregularidade, procura não deixar prova.

Discordo do princípio usado, porque ele é válido na Justiça Comum, na Justiça Privada, onde as partes que alegam tem realmente que provar. Aqui é coisa pública, aqui a propriedade é de todos. Quem está na incumbência e na responsabilidade da administração pública, é que tem a obrigação de provar o contrário. Aqui se inverte o princípio.

Por isto, Sr. Presidente, acho de que esta Casa não tem outra solução se não a de aprovar o requerimento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação o requerimento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal).

38 Srs. Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para deliberações.

Está em votação o requerimento do Deputado Nelson Friedrich. — Rejeitado.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) Deferido. Vai se proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. — (Pausa).

3 Srs. Deputados aprovam; 23 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para votação e sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício à Superintendência de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, pedindo providências imediatas quanto as denúncias sobre a atividade de empresa poluidora infratora da legislação vigente sobre a questão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando convocação dos diretores da Fundação Cultural de Curitiba, diretor presidente e diretor financeiro para prestar informações sobre o projeto em vias de ser implementado, entre a Fundação que dirigem e a Fundação Nossa Senhora do Rocio-Rádio Clube Paranaense, de objetivos questionáveis. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de Telex aos Líderes dos Partidos Políticos com assento no Congresso Nacional cumprimentando-os pelo atendimento na votação das alterações na Lei da Previdência Social. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Aeronáutica, Chefe do Departamento de Planejamento da Aviação Civil e diversas autoridades, reivindicando a instala-

ção de uma linha aérea ligando Ponta Grossa com a Capital de São Paulo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Romero Filho, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, formulando apelo visando a construção de uma Escola Primária de primeiro e segundo graus, na cidade de São Jorge do Patrocínio. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos promotores dos XXXI Jogos dos Servidores Públicos especialmente ao Departamento de Estradas de Rodagem, campeão geral da competição, voto extensivo ao Presidente da Comissão Organizadora de Jogos do DER, Senhor Edgard Lesnau. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário de Segurança Pública e Diretor da Polícia Civil, visando a isenção de taxas e impostos cobrados às ligas e Clubes Amadores filiados. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, sugerindo a inclusão dos acessos rodoviários aos Distritos de Paiquerê, Guavera e Lerroville, no Município de Londrina.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando seja encaminhado atra-

vés de ofício ao Sr. Governador do Estado, as informações colhidas pela imprensa e em outras fontes, sobre graves atos de corrupção na administração municipal de Curitiba. — **Em discussão.**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa esclarece aos Srs. Deputados que a Hora do Expediente da sessão de amanhã, será destinada à palestra que será proferida nesta Assembléia, pelo Sr. Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, Dr. Guilherme Afic Domingos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 05, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 70, 71, 72, 73, 74 e 75/81 e de Lei n.ºs 115 e 125/81.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 23, 163/80 e 103/81.

Marcando ainda uma sessão extraordinária, para amanhã, dia 05, quinta-feira, para logo após o término da sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 51, 52 e 53/81.

Levanta-se a sessão.